



CONTRIBUIÇÃO DA CATEGORIA GÊNERO PARA OS ESTUDOS SOBRE ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE NO ÂMBITO DA PSICOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS COMO MEIO DE EVIDENCIAR A PERMANÊNCIA DAS DESIGUALDADES E A NECESSIDADE DE ENFRENTAR A EXCLUSÃO SOCIAL

CONTRIBUTION OF GENDER AS A CATEGORY FOR THE STUDIES ON ADOLESCENCE AND YOUTH RELATED TO PSYCHOLOGY AND SOCIAL SCIENCE AS A WAY TO EVIDENCE THE PERMANENCE OF INEQUALITIES AND NEEDS TO FACE SOCIAL EXCLUSION

Liana C. RISCADO¹
Simone O. PERES²

Resumo

O presente artigo pretende tecer considerações acerca dos desafios ainda presentes na sociedade ocidental em superar as desigualdades de gênero. Trata da contribuição da categoria gênero para os estudos sobre adolescência e juventude no âmbito da psicologia e ciências sociais como meio de evidenciar a permanência das desigualdades. A construção histórica do conceito de juventude, assim com a construção do conceito de personalidade adolescente são apresentadas. Uma perspectiva histórica da construção das diferenças de gênero no ocidente também é apresentada, bem como foram contrastados o conceito construtivista de gênero e a visão essencialista das características e papéis de homens e mulheres.

Palavras-chave: gênero; feminismo; juventude; adolescência; psicologia; ciências sociais.

Abstract

The following article intends to consider the current challenges that still exist in occidental society when it comes to outgrow the gender inequalities. It reflects about the category of gender and it's contribution for the studies about adolescence and youth related to psychology and social science's extent in a way to evidence the permanency of inequalities. The historical construction of the youth concept as well as the construction of the adolescence personality concept are presented. An historical perspective of the occidental gender differences construction is presented as well as the contrast of the constructivist concept of gender and the essentialist point of view of man and women's characteristics and role.

Key words: gender; feminism; youth; adolescence; psychology; social sciences.

¹ Liana C. Riscado – Mestranda do Programa EICOS/UFRJ - liana.carvalho.124@gmail.com.

² Simone O. Peres – Professora do Instituto de Psicologia da UFRJ e do Programa de Pós-graduação Eicos - ouvinhaperes@uol.com.br.

Estudos de gênero, juventude e adolescência

O presente artigo considera que uma parte importante da literatura sobre adolescência e juventude não leva em conta a categoria de gênero, restringindo desse modo especificadamente a compreensão sobre os problemas que se relacionam com os adolescentes e jovens. O conceito de gênero, oriundo das ciências sociais ganha em importância ao problematizar o quanto a qualidade de ser homem ou ser mulher é organizada pela cultura colocando em destaque a organização social da diferença sexual (Durham,1983; Scott,1990). Reconhece-se assim, a necessidade de ampliar tais estudos, especialmente no âmbito da psicologia (Toneli, 2004).

A visão dominante dos trabalhos em psicologia e ciências sociais sobre adolescência e juventude dá um sentido de universalidade e naturalização para as questões ligadas aos adolescentes e jovens que é reforçado e legitimado continuamente pelos próprios sujeitos. Muitos estudos abordam a adolescência como um período de manifestações biológicas, hormonais e emocionais com natural propensão para conflitos e instabilidades. Nesse contexto ainda, o debate na psicologia e ciências sociais permanece situado, em grande parte, em suposições e expectativas ligadas aos adolescentes e jovens das camadas médias sem dar visibilidade para as desigualdades sociais e de gênero. Recorrentemente a literatura sobre adolescência e juventude aponta o problema da repetição ou evasão escolar, das dificuldades de inserção, competição e fixação dos jovens no mercado de trabalho, assim como da maior inconstância e volubilidade das relações amorosas, sexuais e conjugais na contemporaneidade, sem, contudo problematizar as expectativas e desigualdades em torno dos sexos. Na literatura concernente nos deparamos com constante ausência da menção do papel central que os homens têm. O conceito de gênero pressupõe, ao contrário, a incorporação da dimensão relacional com referência respectivamente às instituições, as estruturas e as práticas cotidianas (Grossi et al.,1998). Há ainda que se considerar respectivamente que os fatores macrosociais e sócio-demográficos não são levados em conta para contextualizar as principais questões da adolescência e juventude.

Este artigo contra-argumenta com a literatura sobre adolescência e juventude que não considera a dimensão de gênero como constitutiva das relações sociais, buscando mostrar o valor da incorporação desta perspectiva para dar maior visibilidade às diferenças de gênero presentes na dinâmica do processo de passagem para a vida adulta. Trata-se de um trabalho no âmbito da psicologia social interessado em sublinhar as questões de gênero e sua relação como os estudos de juventude a partir de um ponto de vista que considera a diversidade de juventudes (Pais, 1993; Galland, 1997) em oposição às perspectivas mais universalizantes e homogenizantes que buscam explicar os problemas enfrentados pelos jovens no âmbito da educação, trabalho, sexualidade e relações amorosas.

A perspectiva histórica do conceito de juventude

A importância conferida à juventude e a infância nem sempre existiu, trata-se de uma construção histórica. A própria representação dada à juventude é dependente da ideologia da época. Portanto estudar a juventude, considerando a perspectiva histórica através da qual é construída, é fundamental para a compreensão da juventude na atualidade.

Na Idade Média apesar do interesse de alguns escritores pela educação, eles ainda não reconheciam a juventude como uma idade particular e as instituições educacionais eram produzidas por e para os adultos. A qualidade das relações geracionais desta época eram baseadas no respeito e autoridade e na ausência de familiaridade e pelo menos em relato, da figura materna. É no final do século XVI que a juventude passa a ser considerada como uma época com características físicas e morais próprias e não somente pela falta das características da maturidade (GALLAND, 1997).

No século XVII um novo sentimento familiar foi construído, o que permitiu uma separação entre o público e o privado e a elaboração da forma moderna de juventude em que ela se sedimenta enquanto faixa etária e categoria social. Nessa época a juventude é encarada na França de forma mais homogênea, sendo as distinções em relação à condição social, aos estudos e à formação moral desconsiderados salienta Galland (1997). Ao final do século XVII com trabalhos consagrados à educação, concedeu-se a juventude um novo grau de importância, esta passou a ser tomada como uma época de desenvolvimento.

Apenas em meados do século XVIII o mérito de fato ganhou importância. Surgiu, então, nesta época, a ideia moderna de educação que está direcionada à formação de “diferentes profissões do Estado”. Tratava-se, portanto, de uma educação com o objetivo de formar “cidadãos úteis”, eficientes socialmente e economicamente. Inicia-se, considerando a perspectiva de classe, uma preocupação com os jovens de camadas mais pobres, principalmente no que diz respeito às possibilidades de estudo e ensino. No denominado século das Luzes, então, o jovem carregou um ideal de realização pessoal através dos estudos enfatiza Galland (1997).

O século XIX surge como um momento paradoxal e de contrastes para a juventude. É um século que a consagra, mas, ao mesmo tempo, tanto na esfera pública como na privada, cria dispositivos mais sistemáticos de enquadramento moral e institucional. Isto, pois, um novo tipo social, o estudante, surgiu na França no início do século XIX como consequência da construção de novas escolas e universidades e estas

tiveram que se tornar instituições de disciplina severa para controlar esses jovens, e conseqüentemente, transformaram-se em instituições contraditórias. Neste século inauguram-se os conflitos de geração que terão em maio de 1968, em meados do século XX, um momento emblemático com as manifestações de oposição entre as gerações. A escola e a família perdem, então, a hegemonia sobre a educação dos jovens.

No século XX a concepção da juventude passa a ser elaborada teoricamente. Primeiramente é concebida como categoria e posteriormente como um processo e com o paradigma sociológico, a juventude se torna um processo de socialização (GALLAND, 1997). Durante o século XX a possibilidade de vivenciar a juventude, que era uma exclusividade social de poucos, se generalizou gradualmente. A passagem da adolescência para a idade adulta, portanto, se prolongou bastante (BOZON, 2004).

Galland (1997) citando o caso francês que também é comum na classe média brasileira afirma que atualmente nota-se um prolongamento da juventude. O tempo que os jovens habitam a casa dos pais, por exemplo, se estendeu. Tal fato ocorre porque após a inserção no mercado de trabalho demora-se para obter uma estabilidade. Louis Roussel (apud GALLAND, 1997) argumenta que os jovens estão se casando mais tarde porque fazem uma co-habitação anterior ao casamento e este comportamento tende a influenciar cada vez mais as gerações mais jovens. Tal autor apud Galland (1997) aponta como os três fatores sociológicos que adiam o casamento: a nova ideologia amorosa que não percebe mais o casamento como algo sagrado; a maior independência da mulher e o adiamento da inserção no mercado de trabalho devido ao prolongamento dos estudos. Um novo modelo de juventude é percebido diante de tantas mudanças, antes, havia um modelo de identificação com os pais, atualmente, há um modelo de experimentação, trata-se de um modelo liberal. Os jovens adultos brasileiros de classe média hoje continuam morando com os pais, mas preservam parcialmente sua autonomia. Já o jovem pobre brasileiro é mais atingido pela desqualificação, o que gera mais desigualdade.

No que tange a problemática da sexualidade, de suma importância tanto para a questão da juventude como na diferenciação entre os gêneros, existia e ainda existe um controle social e, sobretudo, dos mais velhos. Regras são estabelecidas com distinções entre homens e mulheres para o acesso a esta atividade pertencente ao mundo adulto. Como enfatiza Bozon (2004) a sexualidade permite a construção de estatutos diferentes aos homens e às mulheres.

A sociologia e a construção do conceito de juventude

A representação da juventude como um processo linear é bastante questionável, as formas de existência juvenil são marcadas por uma variada gama de trajetões e rupturas, há diversas formas de transição, assim como de ser jovem e de ser adulto como salienta Pais (1993). O conceito de juventude é construído historicamente e culturalmente, portanto, depende da cultura, do espaço social e do tempo. O que é ser jovem e quem e até quando pode ser considerado jovem são influenciados por contextos sociais, econômicos, políticos, além de conflitos de gerações. A idade não abarca, pois, o sentido de ser jovem, o que diferencia este conceito do de adolescência. A OMS define adolescência como o período que vai dos 15 aos 19 anos e juventude dos 20 aos 24 anos. A definição da juventude por faixa etária é bastante problemática, pois não leva em conta a realidade de muitas pessoas acima de 24 anos, que na atualidade “vivem como jovens”. São estudantes, não têm independência econômica, moram com os pais, têm até algum nível de autonomia, mas não poderiam ser considerados adultos na concepção mais ampla do termo. As áreas da história, antropologia social e sociologia vêm buscando um conceito mais amplo e contextualizado de juventude, oferecendo contribuições significativas à área da saúde ao trabalhar juventude, de forma ampla, como uma etapa da vida que se situa entre a proteção socialmente exigida para a infância e a emancipação esperada para a vida adulta.

Pais (1993) aponta duas tendências da Sociologia da Juventude. Uma tendência toma a juventude como uma ‘fase da vida’ e busca aspectos mais uniformes e homogêneos; a outra tendência seria aquela que toma a juventude como um conjunto social cuja principal característica é o de ser formada por jovens em distintas situações sociais. A primeira é denominada corrente geracional e a segunda corrente classista e para ambas correntes a questão da reprodução social está presente, há, porém, nesta reprodução uma possibilidade de mudança, não se trata de uma reprodução linear. A reprodução social para a corrente classista é vista em termos de reprodução de gênero, de raça, de classe social. Nessa corrente a transição dos jovens para a vida adulta está pautada por desigualdades sociais em relação à divisão sexual do trabalho e a condição social dos jovens que acabam por reproduzir as classes sociais. A primeira questão se refere à inserção das mulheres no espaço público e no mercado de trabalho como pontos principais da discussão e a segunda refere-se à condição social associada ao sistema educativo. Pais (1993) alerta que a classe social não homogeneiza o grupo e que há diversos processos sociais que devem ser considerados. O referido autor destaca que o

processo de socialização pode ser compreendido no nível macrossocial, no qual as questões de classe e geração são consideradas e microssocial, que considera que os atores sociais modificam a realidade social.

A juventude tem sido encarada como uma época marcada por certa instabilidade associada a determinados problemas sociais como dificuldade de inserção profissional; falta de participação social; problemas de droga; de delinquência; problemas com a escola e com os pais. Porém, Pais (1993) questiona se os jovens sentem estas questões associadas à juventude como seus problemas. De fato a juventude é uma construção social que existe como uma representação social e não como uma realidade em si. Alguns jovens se reconhecem como parte desta construção, transformando-a parcialmente em realidade, formando o que Pais (1993) denomina “consciência geracional”. Outros jovens percebem que há diversas formas de ser jovem. Portanto a construção social da juventude é percebida como uma unidade homogênea, porém na realidade não o é. Esta construção social, em geral, se dá no cotidiano com a incorporação de características próprias de um período da vida que afetam um universo considerável de indivíduos, sendo expressas na forma de determinados problemas sociais. Pais (1993) enfatiza que a noção de juventude apenas adquiriu certa consistência social a partir do momento em que, entre a infância e a idade adulta, se começou a verificar o prolongamento – com os conseqüentes problemas sociais – dos tempos de passagem que hoje em dia continuam a caracterizar a juventude. O referido autor propõe que a juventude deve ser tomada como uma fase da vida, neste sentido como uma unidade ressaltando o que há de comum, mas também como uma diversidade, considerando diversos fatores sociais. Na análise desses fatores as diferenças de gênero devem ser consideradas.

A psicologia e a construção da personalidade adolescente

O avanço do racionalismo e das ciências naturais e o surgimento das ciências sociais e da psicologia no século XIX introduziram não só novas maneiras de pensar a juventude, mas também a intenção de produzir um conhecimento científico acerca dela. É nessa época, com o discurso científico, que a adolescência como uma nova fase da vida é inventada como uma época em que não se é mais criança e nem ainda é adulto. O adolescente ganha um status, ele é o estudante ou aprendiz da escola secundária, aquele que se prepara através de uma formação apropriada para assumir as responsabilidades da vida adulta. Os traços do adolescente são típicos: o sentimentalismo, o idealismo, a

intolerância, a melancolia e os autores da psicologia passam a ser os organizadores da pedagogia (GALLAND, 1997).

A adolescência é descrita de maneira analítica; se buscam fundamentos fisiológicos e psicológicos e não morais. Essas idéias são muito influenciadas pela psicologia americana, que concebe a adolescência como um segundo nascimento, um período marcado por profundas mudanças de personalidade, que a distinguem não só da infância e da idade adulta, mas também da juventude. O adolescente adquire uma personalidade: a “personalidade adolescente”, constituída por traços psicológicos específicos e a puberdade se transforma no limiar decisivo. A educação sexual surge no começo do século XX e vem com a função de controlar e medicalizar a adolescência, impedindo expressões da sexualidade consideradas ilegítimas (GALLAND, 1997).

A perspectiva histórica das diferenças de sexo-gênero

A história nos aponta que a opressão de gênero tem origens remotas. Na Grécia Antiga, segundo Laqueur (2001), não havia nem mesmo ainda a concepção de um sexo feminino como entendemos hoje. O “corpo da organização social clássica” dominara o pensamento anatômico por aproximadamente dois milênios e neste modelo a mulher seria um homem invertido e inferior, não existia a noção de uma originária diferença entre homens e mulheres e sim uma continuidade com ordenação hierárquica (Laqueur, 2001; Matos, 2002; Bozon, 2004).

No século XVIII no campo do pensamento anatômico surge um novo modelo da sexualidade humana por influência de intensas mudanças culturais, sociais e políticas. A representação da sexualidade humana se configura como bipolar, ou seja, como feminina e masculina. O modelo de binarismo sexual, marcado pelo reconhecimento de um dimorfismo radical e original na sexualidade; o “corpo do Iluminismo e da revolução burguesa” surgiu numa época na qual a função e a natureza das mulheres na sociedade passavam por um processo de transformações e estavam sendo revistas e modificadas. Diferenças entre homens e mulheres começaram a serem pensadas em termos de descontinuidade e oposição (Laqueur, 2001; Matos, 2002; Bozon, 2004). Na perspectiva analítica dos dois sexos existe a idéia de papéis sociais que são masculinos e femininos.

As novas diferenças descobertas em relação ao corpo e a sexualidade entre o sexo feminino e masculino são utilizadas para negar a comparação entre homens e mulheres, negando-se também aos mesmos um critério de cidadania comum. As

distinções reconhecidas na anatomia eram utilizadas como justificativa para a defesa de diferentes funções para homens e mulheres, pois estes seriam inegavelmente diferentes, argumentava a medicina da época (Soihet, 1997).

Nessa época surgiu, então, um novo modelo médico para interpretar as diferenças sexuais. É extremamente importante apontar que este novo modelo estava associado às mudanças sociais e políticas e não apenas aos avanços tecnológicos. A medicina social da época, portanto, respaldava as diferenças comportamentais justificando-as por bases biológicas, defendendo que a mulher seria naturalmente mais frágil, afetuosa e teria uma vocação maternal.

A educação é um importante elemento para que as mulheres percebam sua posição inferior e também é um importante instrumento para mudar esta condição, contudo, a mesma também pode atuar contribuindo para a submissão feminina. A educação feminina no século XIX se restringia à preocupação com o lar, as meninas deveriam estudar o necessário para educar bem os seus filhos, o estudo feminino era, portanto, diferenciado dos meninos e visava revigorar o papel feminino como subalterno na sociedade. Soihet (1997) aponta que a educação se propunha a introjetar nas mulheres certos comportamentos como o de submissão, delicadeza e recato, e provê-las de forma mais adequada com recursos que lhes possibilitassem exercer as funções reconhecidas socialmente como femininas – esposa e mãe.

Contraditoriamente atribuía-se pouca razão, mas total responsabilidade sobre o lar ao sexo feminino, e as mulheres utilizavam isto para justificar a importância da educação para este fim. Algumas então, manifestavam as necessidades da educação utilizando-se de argumentos do dominador, que atribuía a elas toda a responsabilidade da família. Porém, ainda assim era uma educação que reforçava a posição subalterna da mulher como enfatiza Soihet (1997).

Para que a mulher incorporasse as características tidas como femininas, como o instinto maternal, ocorreu a união das idéias do Estado, da Igreja e da Ciência. Esta tentou fundamentar o instinto maternal defendendo que este era conseqüente da fisiologia reprodutiva feminina. A idéia de que a mulher era um ser basicamente instintivo e pouco racional foi sendo construída como afirma Fávero e Mello (1997). Com o advento dos ideais da democracia burguesa e sua ordem familiar, a sexualidade da mulher passa a ser interpretada pela racionalidade médica ocidental, e é nesse contexto, de atribuição da função materna, que aparece a mulher enquanto “cuidadora”, trazendo a concepção da naturalização do feminino, pautada, portanto, na biologização

do corpo da mulher. A mulher se emancipa do poder patriarcal e fica submetida ao poder médico. A naturalização trouxe no seu bojo a noção de fragilidade do corpo feminino e com isso uma história de apropriação e opressão (Costa, 1979).

As teorias elaboradas e organizadas por homens que constroem a liberdade e autonomia feminina e tornam uma relação de diferença numa hierarquia de desigualdade caracterizam uma forma de violência. Esta violência simbólica submete a mulher a uma posição inferior, e a submissão e discriminação das mulheres tornam-se normas na cultura, o que permite que a situação feminina na sociedade pareça natural e conseqüentemente imutável. A relação de dominação, que é uma construção social e cultural, é, portanto afirmada nos discursos de dominação como natural e universal. Nessa direção o discurso sobre o comportamento ideal feminino aparece tanto em teses médicas como na literatura com o intuito de reforçar a posição subalterna da mulher (Soihet, 1997).

A permanência das desigualdades de gênero no ideário igualitário

A construção da identidade e dos papéis sexuais e de gênero são dois processos cuja manifestação ocorre desde a socialização. O sexo significa apenas a condição biológica, a diferenciação entre macho e fêmea. Todavia, no conceito de gênero a dimensão psicológica e a social do sexo, ou seja, as características imputadas ao masculino e feminino e as funções que exercem homens e mulheres em uma determinada sociedade estão incluídas e são transmitidas pela socialização. No âmbito da socialização os homens e as mulheres se distinguem como pertencentes a gêneros diferentes, pois, de acordo com a cultura em que estão inseridos devem possuir comportamentos específicos. O conceito de gênero salienta a particularidade da perspectiva de uma escolha cultural, pretendendo descartar referências a um determinismo biológico para explicar e imputar as características que homens e mulheres apresentam em várias sociedades e culturas. A categoria gênero aponta, portanto, o que vem sendo percebido como perspectiva construtivista em contraste a uma visão essencialista (Heilborn, 1993).

Os movimentos feministas chamaram a atenção para a exclusão e opressão a quais o sexo feminino historicamente foi submetido. Os estudos sobre as relações que se estabelecem entre o sexo feminino e o masculino, ou seja, os estudos de gênero, surgiram posteriormente como aponta Traverso-Yepez e Pinheiro (2005). Os estudos da mulher e mais recentemente os estudos das relações de gênero têm uma proposta

transformadora, isto é, têm a pretensão de promover mudanças que auxiliam na não discriminação baseada no sexo ou no gênero. O olhar de dados de uma pesquisa sob esta perspectiva visa combater uma visão sexista da ciência, inclusive das ciências humanas que também é um campo historicamente androcêntrico como afirma Madeira (1997).

Nesse panorama de análise, portanto, considera-se instigante o fato de que mesmo após toda a influência das idéias igualitárias e das conquistas sociais das mulheres, permanecer uma forte diferenciação e desigualdade de gênero. Nos âmbito dos estudos sobre juventude especifica-se pouco a questão do gênero, a questão das mulheres geralmente fica restrita à reprodução e maternidade. Os rapazes não são incluídos nos estudos, o que representa um obstáculo para o necessário entendimento de temas como prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, família e parentalidade. No âmbito da educação, a literatura aponta o quanto os jovens e as jovens mostram desempenho e preferências diversas quando o assunto é a escolha da profissão e da carreira. Nesse âmbito as mulheres permanecem mais tempo na escola e seriam mais qualificadas do que os rapazes.

No que diz respeito ao sistema educacional brasileiro e à inserção precoce no mercado de trabalho de jovens nas camadas populares, observa-se diferenças entre meninos e meninas – no mercado de trabalho as moças têm mais dificuldade em encontrar empregos que não sejam do tipo doméstico (Madeira, 1997). Observa-se ainda a persistência dos “guetos ocupacionais” sexuados apesar do nível educacional similar entre homens e mulheres no Brasil (Madeira, 1997). Trabalhos sobre a constituição da identidade e o exercício dos papéis sociais ressaltam diferenças no tocante ao gênero. É relevante observar o fato do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) não incorporar a questão de gênero (Lavinias, 1997). Mesmo diante de tais evidências os sujeitos dos estudos não são reconhecidos, são generalizados ou tomados indiscriminadamente.

Os desafios existentes na tentativa de superação da desigualdade de gênero, portanto, permanecem mesmo com os avanços dos movimentos feministas. Esta desigualdade entre mulheres e homens está presente nas mais variadas culturas, embora caracterizada de formas distintas. Mesmo na cultura ocidental na qual predominam valores igualitários e os ideais individualistas imperam, tal fato ocorre. Com toda a influência das idéias igualitárias permanece no ocidente ainda uma forte diferenciação do que é do âmbito do “feminino” e “masculino”, isto é, a diferenciação de gênero implicando em um dos fatores de desigualdade entre homens e mulheres.

O gênero é somente um dos fatores para a exclusão dos jovens das oportunidades de obter um lugar na sociedade. Busca-se igualdade de oportunidade, mas quando o assunto é superação da diferença de oportunidades o gênero representa a forma mais concreta de evidenciar a realidade muito distinta das mulheres, sobretudo se à sua realidade se associa à condição de classe, de raça e o local de moradia. Pode-se dizer nessa direção que as hierarquias de gênero manifestam-se de forma mais ou menos intensa de acordo com a classe social, mas elas se mantêm. Portanto, para pensar na questão da igualdade das mulheres é necessário considerar a questão do gênero como perspectiva (Lavinias, 1997).

É importante frisar que o gênero é uma das relações que determina oportunidades assim como escolhas que um indivíduo tem, sendo todo indivíduo sexuado. O gênero possui um caráter relacional, pois diz respeito às relações, tanto entre homens e mulheres, como entre homens e homens e entre mulheres e mulheres. Estas relações são mutáveis, estão constantemente sendo transformadas e confirmam a perpetuação das diferenças como argumenta Lavinias (1997).

Segundo Pinho (2005), além da diferenciação entre o homem e a mulher ser produzida, é relevante chamar a atenção para o fato de não haver apenas uma forma natural de masculinidade. Isto significa dizer que é possível perceber numa sociedade muitas masculinidades que por vezes se encontram em conflito; homens como muitas vezes vítimas das próprias estratégias de dominação masculina. As divisões mais significativas seriam entre homens homossexuais e heterossexuais e entre brancos e negros. Poderia-se falar então, de uma masculinidade hegemônica em oposição a uma masculinidade subordinada (Matos, 2002).

Não há, portanto, apenas um homem, as próprias masculinidades e posições de sujeito masculinas se diferenciam de acordo com a raça e com a orientação sexual, por exemplo. Homens e mulheres produzidos pelos discursos de sexo e raça agem mutuamente de forma articulada com certas normas e em um contexto no qual mais poder significa mais masculinidade, e menos poder, feminilidade.

Isto significa que cada contexto sócio-cultural possui modelos de homem aceitáveis e valorizados da mesma forma que possui modelos de homens desvalorizados. Contudo é importante ressaltar que embora certos grupos de homens, como gays e negros estejam em posição de subordinação, os homens em geral são politicamente mais fortes que as mulheres como salienta Matos (2002).

Diante do exposto, pode-se pensar a categoria gênero como uma expressão social e cultural complexa, em que coexistem diferentes princípios ordenadores. Se por um lado, como já foi visto, muitos autores reiteram a prevalência da lógica desigual a partir da diferença, tornando visíveis as limitações sociais imputadas às mulheres com vistas à superação da desigualdade de gênero, outros, buscam tornar evidente a impossibilidade da existência de uma sociedade na qual o fator gênero desapareça (Heilborn,1993), discordando de correntes feministas que defendem a implementação de uma sociedade sem gênero. Nessa direção argumenta Heilborn (1993) na sociedade ocidental a idéia de igualdade, de uma indiferenciação parece tentar abolir uma distinção natural que é a biológica, entre o feminino e o masculino. Ou seja, a separação da reprodução e sexualidade na cultura ocidental teria levado a uma compressão simbólica da diferença anatômica, contudo, a distinção permaneceria. A autora chama a atenção para a questão dos constrangimentos frente a inerente diferença entre homens e mulheres na sociedade ocidental. “O gênero é um elemento constitutivo da razão simbólica, determinando assim a impossibilidade de superação desse constrangimento”(Heilborn, 1993: 61).

Considerações finais

Importou-nos até aqui mostrar que apesar de muitas e importantes mudanças no que diz respeito à desigualdade de gênero e a despeito das conquistas, há ainda gerações de mulheres jovens que vivenciam profundas desigualdades e reduzido lugar no mundo quanto aos direitos e garantias sociais. Diante de tantas conquistas fica a falsa idéia de que a igualdade entre homens e mulheres jovens estaria relativamente mais garantida. Somos partidários das críticas que alguns autores fazem dos que estudam o tema juventude e adolescência, pois muitas visões da juventude e da adolescência são muito reducionistas. Considerou-se importante, então, destacar a idéia de construção do conceito de juventude, esta não é, pois, algo dado, tendo um pano de fundo histórico e cultural. É importante estar atento para tal fato e não possuir uma visão reducionista da juventude e adolescência. Como defende Pais (1993) é necessário considerar a juventude na sua unidade e na sua diversidade. Não se pode falar de uma juventude, mas de juventudes, fatores sociais, culturais, raciais e de gênero são fundamentais. O último foi enfatizado neste artigo.

Neste artigo, procurou-se não apresentar teorias ou perspectivas distintas sobre os estudos de gênero, mas, sobretudo destacar a relevância destes estudos para a

psicologia e ciências sociais no sentido de ultrapassar as concepções puramente biológicas ou psicológicas. Desta forma, a utilização da categoria de gênero expressa o reconhecimento de diferenças e sua grande contribuição será dada pela formulação da idéia da necessidade da superação da exclusão e discriminação que precisa ser enfrentada também no campo da psicologia.

Observa-se que o gênero não é adquirido naturalmente, é sim algo construído e na interiorização dos comportamentos tidos como femininos e masculinos a adolescência é uma época marcante na vida dos indivíduos. Daí a importância de ser considerada a particularidade do gênero ao lidar com as questões adolescentes. A escola e família encarregam-se de estabelecer para as crianças e adolescentes quais seriam os comportamentos adequados aos meninos e às meninas. Um questionamento importante é por que o acesso a uma instituição aparentemente aberta a todos como a escola não apenas assume como acentua tipos de discriminação permitindo o reforço de relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho. O cotidiano de crianças e adolescentes é, pois, sexuado, sua socialização permite a formação de hierarquias de gênero.

O gênero pode ser caracterizado como uma forma híbrida de injustiça, pois, além de envolver uma desvalorização econômica, envolve uma desvalorização cultural. As soluções nesses casos são apenas aparentemente contraditórias como aponta Matos (2004), pois defendem a igualdade (economia) e a valorização da diferença (cultural), isto é, ao mesmo tempo em que se tenta valorizar as características femininas, reforçando suas particularidades, busca-se uma igualdade enquanto cidadão e na situação econômica. Seria necessário compreender que apenas transformações sociais profundas irão de fato modificar tal conjuntura desigual. De acordo com essa perspectiva, as estratégias a serem implementadas devem contribuir não só para uma menor desigualdade de gênero, como para a superação de todas os tipos de exclusão em um contexto social caracterizado pela limitação do poder e por diversas formas de violação dos direitos humanos.

Referências

BOZON, M. 2004. Sociologia da Sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV.

COSTA, J. F. 1979. Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro: Graal.

DURHAM, E. R. 1983. Família e reprodução humana. In: FRANCHETTO, B. et al. Perspectivas antropológicas da mulher nº 3. Rio de Janeiro: Editora Zahar. p.13-44.

FÁVERO, M. H. & MELLO, R. M. 1997. Adolescência, Maternidade e Vida Escolar: A Difícil Conciliação de Papéis. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* 13(1): 131-136.

GALLAND, O. 1997. *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand Colin.

GROSSI, M.; HEILBORN, M.L. & RIAL, C. 1998 Entrevista com Joan Scott. *Estudos Feministas*. 6(1).

HEILBORN, M. L. 1993. Gênero e Hierarquia. A Costela de Adão Revisitada. *Revista Estudos Feministas* 1(1): 50-82.

LAQUEUR, T. 2001. *Inventando o sexo – corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

LAVINAS, L. 1997. Gênero, cidadania e adolescência. In: MADEIRA, F. R. (org.). *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record/Rosa dos Tempos. p.11-43.

MADEIRA, F. R. 1997. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou ... reclusão. In: _____. *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record/Rosa dos Tempos. p.45-133.

MATOS, M. 2002. Os novos desafios criados pela multiplicação das identidades de gênero: para onde fomos? *Interseções - Revista de Estudos Interdisciplinares* 4(2): 159-174.

MATOS, P. 2004. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* 63:143-160.

PAIS, J. M. 1993. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

PINHO, O. A. 2005. *Etnografias do Brau: corpo, masculinidade e raça na reafricanização em Salvador*. *Revista Estudos Feministas* 13(1): 127-145.

SCOTT; J. 1990. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade* 15(2).

SOIHET, R. 1997. *Violência Simbólica. Saberes Masculinos e Representações Femininas*. *Revista Estudos Feministas* 5(1): 7-29.

TONELI, M. J. F. 2004. Direitos Sexuais e Reprodutivos: algumas considerações para auxiliar a pensar o lugar da psicologia e sua produção teórica sobre adolescência. *Psicologia & Sociedade* 16(1):151-160.

TRAVERSO-YEPEZ, M. A. & PINHEIRO, V. S. 2005. Socialização de gênero e adolescência. *Revista Estudos Feministas* 13(1): 147-162.

Recebido: 22/10/08

Aceito: 10/12/08